

*** MINUTA DE DOCUMENTO****ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO**

Minuta do Contrato atualizado conforme
solicitado no DESPACHO PGE-PI/GAB/PLC Nº 941/2023

CONTRATO Nº
xxxx/2023 QUE
CELEBRAM ENTRE
SI, DE UM LADO,
COMO
CONTRATANTE, O
ESTADO DO PIAUÍ,
POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE
ESTADO DA
EDUCAÇÃO, E DO
OUTRO, COMO
CONTRATADA, A
EMPRESA **xxxx**.

O **Estado do Piauí**, por intermédio da **Secretaria da Educação - SEDUC**, inscrita no CNPJ n. 06.554.729/0001-96, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede localizada, Av. Pedro Freitas s/n, Centro Administrativo Blocos D/F, CEP: 64.018-900, Teresina, Piauí, neste ato representado por seu Secretário, **xxxx**, nomeado pelo Decreto de nº xxx, de xxx de maio de xxxx, pag. xx, publicada no DOE de xxx de maio de xxxx, com efeitos a partir de xxx de maio de xxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxx/PI, inscrito no CPF nº xxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n. e em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e do Decreto Estadual n. 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº/2023**, da **Ata de Registro de Preços n. /2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição, SOB DEMANDA, de equipamentos necessários para transmissão de aulas e produção de aulas a partir do Centro de Mídias e operacionalização nos Projetos de Ensino da SEDUC, destinados ao Programa de Mediação Tecnológica da Rede Pública de Ensino Estadual do Piauí**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 07/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Nº	DESCRIPTIVO	QUANT	MARCA /MODELO/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL
1					
			Valor global em reais(....)		R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2 O prazo de execução deste Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela empresa Contratada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do estado do Piauí, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: xxxx.

Programa de Trabalho: xxxx.

Natureza: xxxx.

Fontes de Recursos: xxxx.

Detalhamento da Fonte: xxxx.

PI: xxxx

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no item 20 do Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato. (Item 20.2 do TR)

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não será solicitado.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital. (itens 22e 23)

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital. (Item 24)

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 Compete a CONTRATANTE nomear o Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato.

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos bens, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2142/2011, Segunda Câmara);

10.1.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante do contrato, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência

10.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017 18.1.6. O Gestor Demandante será responsável por:

10.1.6.1. Promover a reunião de abertura do contrato com a presença dos fiscais do contrato do CONTRATANTE, com o Preposto da CONTRATADA.

10.1.6.2. Emitir as Ordens de Fornecimento contendo todas as quantidades e informações exigidas, determinando as datas e os horários para entrega dos equipamentos em acordo com a CONTRATADA.

10.1.6.3. Avaliar, quantificar e aprovar os itens entregues pela CONTRATADA, demandados pela solução de atendimento de chamados, resumindo os resultados no Relatório de Entrega. 18.1.6.4. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a apresentação de documentos que comprovem a validação dos bens entregues de todas as condições de habilitação e qualificação previstas no ato convocatório, quando couber.

10.1.6.5. Supervisionar a entrega e garantia e/ou dos serviços e/ou produtos dos objetos das Ordens de Fornecimento ou indicar representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência.

10.1.6.6. Avaliar e atestar o Relatório de Atividades Consolidado, além de notificar o Preposto da CONTRATADA, para conhecimento e emissão da nota de cobrança.

10.1.6.7. Atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA e enviar, juntamente, com as Ordens de Fornecimento e os Relatórios de Atividades, à área administrativa para providências.

10.1.6.8. Analisar a qualidade dos itens entregues pela CONTRATADA e aplicar das glosas quando não atendidos os padrões exigidos.

10.1.6.9. No caso de proposta de glosa, anexar os documentos comprobatórios do não atendimento às exigências;

10.1.7. Encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para os setores responsáveis e solicitar providências.

10.1.8. O Fiscal Técnico do contrato será responsável por:

10.1.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA ao Gestor do Contrato;

10.1.10. Analisar e verificar se os itens foram entregues em conformidade e propor e aplicação das glosas quando não atendidos os padrões exigidos.

10.1.10.1. No caso de proposta de glosa, anexar os documentos comprobatórios do não atendimento às exigências;

10.1.11. Atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA em conjunto com o Gestor do Contrato.

10.2. Outras obrigações da CONTRATANTE:

10.2.1. Permitir o acesso dos representantes e dos recursos técnicos da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;

10.2.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação;

10.2.3. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais, tais como verificação das comprovações de regularidade fiscal e cumprimento das obrigações trabalhistas.

10.2.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma convencionada após a execução dos serviços e emissão da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is).

10.3. Compete a CONTRATADA nomear o Preposto;

10.3.1. No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar um profissional de seu quadro para atuar, no ambiente do CONTRATANTE, como preposto.

10.3.1.1. O Preposto será responsável por:

10.3.1.2. Participar da reunião de abertura promovida pelo Gestor do Contrato.

10.3.1.3. Gerenciar os aspectos administrativos, legais e técnicos do contrato, relacionando[1]se diretamente com o Gestor do Contrato e com responsáveis designados pela CONTRATANTE.

10.3.1.4. Emitir os Relatórios de Atividades das Ordens de Serviço de sua responsabilidade e encaminhá-las ao Gestor do Contrato e Fiscal Técnico no primeiro dia útil do mês subsequente.

10.3.1.5. Permitir a fiscalização do contrato pela CONTRATANTE.

10.3.1.6. Registrar todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE para acompanhamento e controle de execução dos serviços na forma estabelecida neste Termo de Referência.

10.3.1.7. Levar, imediatamente, ao conhecimento da fiscalização da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis e comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

10.4. Outras obrigações da CONTRATADA:

10.4.1. Entregar os itens de acordo com as especificações constantes deste instrumento, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da fiscalização do CONTRATANTE.

10.4.2. Manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

10.4.3. Instruir seus empregados e prepostos a se adequarem às normas disciplinares, regimentais e de segurança da CONTRATANTE sem, contudo, manter qualquer vínculo empregatício com a mesma.

10.4.4. Responder por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a pessoas ou a bens, nas dependências da CONTRATANTE ou fora dela, quando tenham sido causados por seus empregados durante a entrega dos bens contratados ou em razão deles.

10.4.5. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Instrumento.

10.4.6. Manter em dia todos os encargos e obrigações previstas na legislação social, trabalhista e previdenciária em vigor, fazendo a comprovação, a qualquer tempo, quando solicitado pela CONTRATANTE.

10.4.7. Manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

10.4.8. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.

10.4.9. Entregar todos os itens, conforme contratado e ordem de fornecimento, a fim de produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar seus serviços junto com a fiscalização.

10.4.10. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas.

10.4.11. Acatar todas as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas e corrigindo possíveis falhas.

10.4.12. Manter seu pessoal identificado por crachá e uniforme quando em trabalho, bem como substituir em prazo que não comprometa a realização dos eventos, mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.4.13. Instalar, efetuar a manutenção e operar toda a infraestrutura fornecida pela CONTRATANTE.

10.4.14. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, peças ou materiais, em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, onde seja constatada imperícia por parte da CONTRATADA.

10.4.15. Executar, em outro horário, as entregas que, por ventura, não possam ser realizados durante o expediente normal, de preferência aos sábados, domingos ou feriados; as entregas realizados nestes dias, não acarretarão ônus adicionais para o CONTRATANTE.

10.4.16. Garantir que a execução de todos os trabalhos será por mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente, das normas técnicas correspondentes a cada serviço constante da especificação.

10.4.17. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem.

10.4.18. Responder exclusivamente por toda e qualquer movimentação de equipamentos e materiais, seja a partir dos locais onde os trabalhos estejam sendo executados, seja de estabelecimentos próprios

ou de terceiros, acobertando-a por nota fiscal específica, conforme determinações legais vigentes, bem como pelo ônus resultante de infração cometida e seu integral cumprimento e recolhimento no prazo legal.

10.4.19. Providenciar, quando necessário, a substituição de qualquer item contratado que venha a apresentar algum defeito.

10.4.20. Manter técnicos capacitados e qualificados para o suporte técnico da infraestrutura CONTRATADA.

10.4.21. Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel cumprimento do Contrato;

10.4.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital. (Item 29 do TR)

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução da contratação sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666 de 1993 e suas alterações, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial competente, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via eletrônica de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Teresina-PI, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 03/08/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8623485** e o código CRC **6BF46DDE**.

Criado por mayrapedrosa@seduc.pi.gov.br, versão 2 por mayrapedrosa@seduc.pi.gov.br em 02/08/2023 08:17:50.

MINUTA